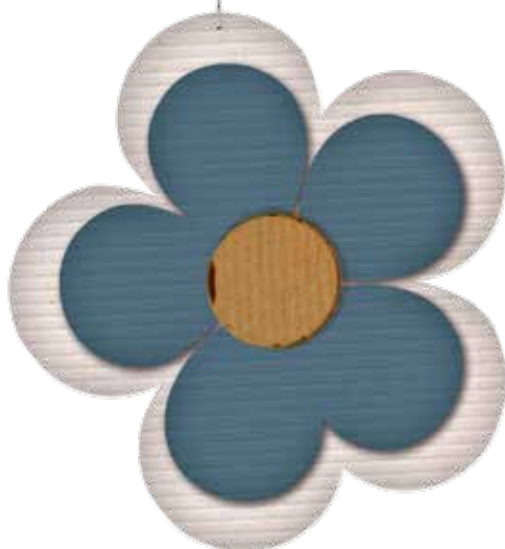


**Informe
anual
2013**



Informe anual 2013

gasNatural 
fenosa



sumário

Carta do Presidente e do Vice-Presidente.	04
Carta do Diretor-Geral.	06
Comitê de Direção.	8
Comitê de Gestão.	8
Acionistas.	9
Cenário Macro Econômico e Energético.	10
Gas Natural Fenosa: um modelo de negócio que aposta no crescimento da atividade internacional.	12
Gas Natural Fenosa no Brasil: 899 mil clientes e R\$ 5 bilhões de investimentos.	14
Evolução das atividades da Gas Natural Fenosa em São Paulo.	16
Atividade Comercial.	17
Serviço a Cliente.	19
Atividade Técnica.	20
Sumário Financeiro.	22
Remuneração aos acionistas.	23
Financiamentos.	23
Panorama Tributário.	24
Responsabilidade Social Corporativa.	25
Relacionamento com a Sociedade.	28
Relacionamento com órgãos públicos.	31



Carta do Presidente e do Vice-presidente da Gas Natural Fenosa em São Paulo

Caros,

O ano de 2013 foi um ano de muitas conquistas para o grupo Gas Natural Fenosa Brasil. A companhia atingiu 899 mil clientes e uma rede de mais de 6,4 mil km de extensão. Atualmente, o grupo está presentes em 71 municípios brasileiros.

Os investimentos realizados no país somam 5 bilhões, desde 1997, tanto para a distribuição de gás, quanto para a venda de equipamentos e a prestação de serviços.

Por meio das suas empresas no Brasil, a Gas Natural Fenosa conquistou relevante reconhecimento no setor de Petróleo e Gás, na 13ª edição do prêmio Valor 1.000, ficando, também, entre as top 10 em quatro critérios adotados pela premiação. As três distribuidoras de gás natural canalizado do grupo, Gas Natural Fenosa em São Paulo, CEG e CEG Rio, ocuparam, juntas, a destacada posição de número 85 no ranking do Valor 1.000.



Com objetivos de expansão e investimentos estabelecidos, a Gas Natural Fenosa em São Paulo alcançou a importante marca de 40 mil clientes nas cidades em que está presente no Estado. Em paralelo, seguindo os parâmetros de responsabilidade social corporativa, o grupo realizou projetos sociais, educativos, culturais e ambientais, em São Paulo e no Rio de Janeiro, assim como prosseguiu com os investimentos em qualidade e melhoria dos processos internos e em programas de capacitação, reconhecimento e incentivo de seus colaboradores.

E depois de um ano cheio de realizações, gostaríamos de agradecer o empenho de toda equipe do grupo Brasil, os governos municipais e estaduais, pelas parcerias e suporte essencial aos nossos projetos ao longo do ano.

Esperamos que, em 2014, a companhia continue no caminho certo para novas conquistas, cada vez mais expressivas no mercado de gás natural brasileiro.

Muito obrigado.

Bruno Ambrust

Presidente do grupo Gas Natural Fenosa Brasil

Antoni Almela Casanova

Vice-Presidente da Gas Natural Fenosa em São Paulo



Carta do Diretor-Geral

Prezados senhores,

Não podemos deixar de ressaltar que 2013 foi repleto de conquistas e projetos realizados, com empenho e sucesso, pela Gas Natural Fenosa em São Paulo.

A companhia, em São Paulo, alcançou a marca de 40 mil clientes nas 16 cidades da região Sul do Estado. Com isto, consolidou-se como a 3ª maior empresa de distribuição de gás natural canalizado do país, tanto em número de usuários, como em extensão de redes de fornecimento, que totalizaram perto de 1,4 mil km em operação.

O ano foi encerrado com resultado positivo: 41.675 mil clientes, o que representa um aumento de 9,59% em relação a 2012. Como destaque, estiveram as captações de clientes nos segmentos residencial e comercial, que voltaram a crescer de forma acelerada e nos levaram a metas mais audaciosas projetadas para 2014.

Os planos de expansão em 2013 incluíram o início do fornecimento de gás natural à cidade de Itapetininga, começando pelo segmento industrial, em março. Na cidade de Sorocaba, maior mercado consumidor da empresa em São Paulo, foram contabilizados, ao final do ano, 27.300 clientes residenciais, 553 comerciais, 68 industriais e 11 postos de distribuição de GNV (gás natural veicular).

O EBITDA alcançado pela Gas Natural Fenosa em São Paulo foi de R\$ 141,3 milhões, com aumento de 63,9% sobre 2012, considerando a contabilização do Conta Corrente, represado no regulador. O Lucro Bruto atingiu R\$ 146,1 milhões, em um incremento de 21,3%.

É igualmente importante destacar que a companhia em São Paulo, vem contribuindo com a Frente Parlamentar Suprapartidária em Apoio à Exploração do Gás Natural no Estado de São Paulo, com participação, também, das outras distribuidoras estaduais de gás natural, além do apoio do órgão regulador ARSESP, da Secretaria de Energia do Estado, de outras secretarias estaduais e de deputados federais. Uma relevante conquista deste movimento, no ano que passou, foi a redução do preço do GNV, com a revisão do cálculo da margem de substituição tributária do produto, o que representou uma queda de 10,42%, ou R\$ 0,14, no preço do gás natural vendido pelas distribuidoras estaduais aos postos de combustíveis. Agora, o desafio é conquistar a redução do IPVA para veículos a GNV, além de incentivar o avanço do gás natural no interior de São Paulo, com a liberação dos projetos de GNC como estruturantes, uma importante alternativa para abastecer as cidades mais distantes da infraestrutura de distribuição e até onde ainda não é viável a construção da tubulação de transporte. Adicionalmente, incentivar, também, o segmento de cogeração a gás natural no Estado, o que garantirá maior competitividade ao setor industrial e ainda mais confiabilidade ao sistema de geração de energia.

Paralelamente, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu continuidade à promoção e ao patrocínio de projetos de responsabilidade social corporativa, criando realizações para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades onde atua.

O programa “Café da Manhã com as Prefeituras” teve sucesso, por mais um ano, em seu propósito de manter estreito o relacionamento da companhia com o Executivo e o Legislativo dos municípios abastecidos, auxiliando em novos projetos que beneficiem a região.

Desta forma, agradecemos, novamente, todos que contribuíram para que a Gas Natural Fenosa em São Paulo se destacasse entre as grandes empresas brasileiras em 2013: acionistas, investidores, colaboradores, clientes, parceiros, governos municipais e estadual e agência reguladora. Os esforços e resultados indicam, ainda, que, em 2014, a empresa continuará crescendo e cumprirá mais um desafio de expansão: chegar ao 17º município atendido, a cidade de Botucatu, gerando desenvolvimento crescente ao interior de São Paulo.

Muito obrigado.

Armando Martins Laudorio

Diretor-Geral da Gas Natural Fenosa em São Paulo

Comitê de Direção

Bruno Armbrust

Presidente

Antoni Almela Casanova

Vice-Presidente

Armando Martins Laudorio

Diretor-Geral

Jorge Henrique da Silva Baeta

Diretor Econômico-Financeiro

José Maria Margalef Badenas

Diretor Técnico

Comitê de Gestão

Claudia Henrique Provasi

Serviços Jurídicos e Assuntos Regulatórios

Daniela Helena Napolitano

Serviço a Cliente

Danilo Tonus Kostenko

Comercial

Edilson Luiz dos Santos

Gestão de Redes

Fernanda Burattini

Comunicação

Jose Nascimento Junior

Operações

Nelson Alves de Souza Junior

Estudos e Tarifas

Paula Cristina Bueno Aguilera

Assistente da Diretoria

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social estava representado por 595.799.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	99,99
Gas Natural Serviços S.A.	0,01

Cenários Macroeconômico e Energético

Em um contexto de menor aumento da economia global, o crescimento do PIB do Brasil ficou, pelo terceiro ano consecutivo, em um patamar modesto, de apenas 2,3%. Ainda assim, maior que a variação de 1,35% registrada em 2012.

No segundo trimestre de 2013, o Banco Central do Brasil (Bacen) começou a implementar uma política de aperto monetário com o objetivo de conter a inflação, elevando a taxa básica de juros (Selic) progressivamente de 7,25% (patamar mínimo histórico) a 10% anual, no fim de 2013.

Também ajudaram a conter a inflação as medidas adotadas pelo Governo no último trimestre de 2012, no setor elétrico (redução da tarifa elétrica) e a contenção de aumentos nos preços dos combustíveis por parte da Petrobras, já em 2013. Assim, o IPCA (índice oficial da inflação no país), fechou o ano em 5,91%, abaixo da meta teto do Governo (6,5%) e levemente acima do registrado em 2012 (5,85%).

No setor elétrico, o consumo de energia no sistema integrado nacional (SIN) fechou 2013 com elevação de 3,5% sobre o ano anterior somando 463,7 mil gigawatts-hora (GWh). O aumento foi puxado pelo consumo das residências (+6,1%) que mostrou dinamismo significativo na região Nordeste, com uma taxa de crescimento de 11,5%. No entanto, o consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com avanço de 0,6% em comparação a 2012, alcançando 184,6 gigawatts-hora (Gwh). Vale ressaltar que a demanda deste setor demonstrou uma recuperação a partir do segundo semestre de 2013.

O crescimento do consumo de energia pressionou os reservatórios das hidrelétricas, que iniciaram 2013 com os mais baixos níveis dos últimos dez anos. E, devido às chuvas mais fracas no fim de 2012 e no início de 2013, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisou acionar todas as térmicas do sistema. Assim, o preço de liquidação de diferenças (PLD) fechou o ano num patamar perto de 300 BRL/MWh com picos no começo do ano acima de 500 BRL/MWh.

Esse foi o fator que colaborou para o crescimento das vendas de gás natural. De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS), em 2013 o consumo nacional de gás natural cresceu 17,8% em comparação com o ano anterior, aumentando a média diária de 57 milhões para 67,2 milhões de metros cúbicos. O crescimento foi puxado pelo segmento de geração elétrica, que subiu 64,5% com um consumo médio de 26,3 m³/d (milhões de metros cúbicos por dia).

Sem considerar a geração elétrica, o consumo nacional de gás natural praticamente se manteve estável em relação a 2012, com pequena redução de 0,4%. Os segmentos residencial e comercial cresceram 9,2% e 4%, respectivamente. O volume distribuído para residências alcançou 1 milhão m³/d em todo país, enquanto o comercial chegou a 747 mil m³/d. Enquanto isso, o setor industrial fechou 2013 com a média nacional de consumo de 28,1 milhões m³/d, apresentando uma retração de 0,96% em relação



a 2012, refletida pela desaceleração da atividade industrial. O uso do gás pela indústria para matéria-prima teve crescimento 2,06% frente ao ano anterior. Por outro lado, as vendas para o setor automotivo recuaram 3,67% devido a uma perda da competitividade em relação às naftas.

A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,7%, com investimento médio de R\$ 1,5 bilhão.

Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional no ano passado, com média anual de 44,5 milhões m³/d, 3,2% superior à verificada em 2012. Houve uma contribuição importante do início da operação em novos campos de gás não associado nos últimos anos, além da elevação da produção no campo de Lula, que produz gás associado no Pré-sal da Bacia de Santos. O mercado espera que, nos próximos quatro anos, a Petrobras incremente significativamente a oferta de gás natural local a partir da produção do Pré-sal.

O crescimento da demanda também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado teve um incremento expressivo de 80% em 2013, com regaseificação de um volume médio superior a 15 milhões m³/d. No final do ano ficou pronto um terceiro porto de regaseificação do GNL na Bahia, que adicionou uma capacidade de 14 milhões m³/d. As importações da Bolívia aumentaram em 15%, com um volume médio de 31,71 milhões m³/d (dados de novembro de 2013).

Conforme a informação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a produção de petróleo e gás natural em novembro, no Brasil, foi de 2.578 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), sendo a produção de petróleo 2.081 Mbb/d (mil barris por dia). A área do Pré-sal, com 28 poços em operação, aportou 339,4 mil bbl/d de petróleo e 11,5 milhões de m³/d de gás natural, totalizando 412,0 Mboe/d. Vale lembrar que 92,1% da produção total do país é proveniente dos campos operados pela Petrobras.

Em outubro de 2013, a ANP realizou o primeiro leilão do Pré-sal (a maior reserva de petróleo do Brasil), do campo de Libra. O consórcio vencedor foi o único que apresentou uma proposta com um bônus de assinatura de 15 bilhões de reais, além do 41,65% do petróleo extraído. O consórcio é integrado por Petrobras, Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC.

Também em 2013, ANP realizou a 12ª rodada de licitações para blocos de gás em terra. Foram oferecidos 240 blocos, dos quais 72 foram arrematados. A Petrobras foi a empresa que arrematou maior quantidade de blocos, num total de 49.

De acordo com as últimas previsões feitas pela International Energy Agency (IEA), o Brasil deverá triplicar a sua produção de petróleo até 2035, alcançando uma produção de 6 milhões de bbl/d, tornando-se o sexto maior produtor do mundo.

Gas Natural Fenosa: um modelo de negócio que aposta no crescimento da atividade internacional

A Gas Natural Fenosa é a maior companhia integrada de gás e eletricidade da Espanha, líder em comercialização de gás natural na Península Ibérica e a primeira distribuidora de gás natural da América Latina.

A companhia está presente em 26 países, onde oferece serviço a cerca de 20 milhões de clientes dos cinco continentes, com uma potência instalada de mais de 15 GW. É a primeira operadora de distribuição de gás do centro e sul da América, presente na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México. Com relação à geração e distribuição de eletricidade, é a terceira operadora da Espanha, e conta com destacados níveis de presença na Colômbia, na Moldávia, na Nicarágua e no Panamá.

Em novembro de 2013, o grupo apresentou a atualização do seu novo plano estratégico 2013-2015, que reforça o atual modelo de negócio e está baseado fortemente nas oportunidades de crescimento no cenário internacional.

Em 2013, o Ebitda consolidado da Gas Natural Fenosa foi de 5,085 milhões de euros, 0,1% a mais do que no ano anterior. O resultado foi influenciado pelo bom desempenho das atividades internacionais, que aumentaram 2,2% e representam 44,1% do total. Na América Latina, o Ebitda da distribuição de gás alcançou os 686 milhões de euros, um incremento de 7,2% em relação a 2012. Para esse resultado, colaborou o número registrado no Brasil, de 349 milhões de euros, que junto com o da Colômbia, de 190 milhões de euros, representam cerca de 79% do total.

Somente na América Latina, a Gas Natural Fenosa já atende a 6,3 milhões de pontos de fornecimento, o que representou um incremento de 231 mil pontos de fornecimento em relação ao ano anterior. A rede de distribuição de gás dessa região geográfica apresentou um incremento de 2,6% no exercício, passando a 69.054 quilômetros de extensão.



Em julho de 2013, a Gas Natural Fenosa adquiriu uma nova área de concessão, que abrange quatro cidades do sudoeste do Peru (Arequipa, Moquegua, Tacna e Ilo). O contrato de concessão prevê o fornecimento de gás a uma área que ainda não está ligada à rede de gasodutos do país e também prevê a chegada do gás a mais de 60 mil residências.

Liderança no mercado de gás

A Gas Natural Fenosa opera em toda a cadeia de valor do gás, desde a exploração, distribuição e comercialização, passando pela produção, liquefação e transporte. A companhia também conta com instalações para o armazenamento de gás e regasificação. É a líder no mercado de distribuição da Espanha, onde leva gás natural a mais de 1.000 municípios em nove comunidades autônomas e supera os 5 milhões de clientes. É também a primeira distribuidora da América Latina.

Adicionalmente, graças a uma carteira de 30 bcm (bilhões de metros cúbicos) e uma frota de 11 navios de transporte de metano, a companhia se situa como uma das maiores operadoras de GNL do mundo e é uma referência na bacia Atlântica e Mediterrânea. Graças a esta carteira, encontra-se em uma posição privilegiada para desenvolver novos mercados, fundamentalmente na área do Mediterrâneo, da América Latina e Ásia.

As linhas estratégicas da Gas Natural Fenosa baseiam-se na internacionalização da comercialização e no desenvolvimento das infraestruturas, aproveitando a posição atual da companhia nas bacias Mediterrânea e Atlântica.

Referência no mercado elétrico

A Gas Natural Fenosa é a terceira operadora do mercado espanhol no setor elétrico, mas também tem um papel importante na América Latina. Sua presença no negócio elétrico se destaca pela existência de um mix de geração equilibrada, competitiva e respeitosa com o meio ambiente.

Atualmente, a empresa baseia as suas prioridades em culminar projetos de geração já iniciados, potencializar a comercialização de serviços energéticos para residências e negócios, e em fortalecer o negócio da comercialização para grandes clientes. Suas atividades se resumem na geração e distribuição elétrica e trading de eletricidade.

Gas Natural Fenosa no Brasil: 899 mil clientes e R\$ 5 bilhões de investimentos



No Brasil, a Gas Natural Fenosa iniciou suas atividades em 1997, quando venceu o leilão de privatização do serviço de distribuição de gás e passou a operar a Ceg e Ceg Rio, a primeira com atuação na região metropolitana do Rio e a segunda no interior do Estado.

Três anos depois, no ano de 2000, a empresa adquiriu uma nova área de concessão, dessa vez na região sul de São Paulo. Uma área *greenfield*, onde não havia serviço de distribuição de gás canalizado e que passou a ser operada pela Gas Natural São Paulo Sul.

Em 2002, o Grupo iniciou uma nova atividade com a criação da Gas Natural Fenosa Serviços (GNS), com atuação no mercado de soluções energéticas, tais como locação de equipamentos para cogeração, climatização, geração em ponta, compressão de gás para postos de GNV. Em 2013, a GNS efetuou a venda e instalação de 12.025 aquecedores a gás e prestou o serviço de assistência domiciliar a gás e revisão

preventiva anual para 8.543 clientes que possuem o plano de assistência a gás. Na modalidade de outros serviços individuais, a GNS realizou 36.037 serviços, sempre garantindo a aplicabilidade das normativas vigentes e preservando a segurança de seus clientes.

Ainda em 2013, a GNS passou a realizar a venda de planos de manutenção de equipamentos elétricos (Serveletric), como aparelhos de ar-condicionado e eletrodomésticos da linha branca, sendo vendidos 1004 planos no último trimestre.

No Brasil, a estratégia da Gas Natural Fenosa está baseada na universalização do gás natural nas áreas de concessão em que está presente, tendo em vista que somente 3% da população brasileira é atendida por rede de gás canalizado. O Rio de Janeiro é o Estado com o maior nível de penetração, com cerca de 25% do total das residências abastecidas com gás natural; seguido de São Paulo, com 8%, e dos demais Estados, com menos de 2%. No estado

de Minas Gerais, por exemplo, terceiro maior PIB do país, não há residências abastecidas com gás natural.

Por isso, desde 1997 a empresa vem investindo fortemente na ampliação das redes de distribuição. De 1997 até 2013 o total de investimentos chegou a R\$ 5 bilhões. Deste total, R\$ 3.2 milhões foram investidos exclusivamente nas atividades operacionais da Ceg, da Ceg Rio e da Gas Natural São Paulo Sul, para distribuição de gás natural canalizado nas suas área de concessão nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

As três concessionárias do serviço público de distribuição de gás natural operadas pela Gas Natural Fenosa, juntas, em 2013 atingiram a marca de 898.819 clientes atendidos.

Se considerarmos a soma dos resultados financeiros alcançados por todas as empresas, a Gas Natural Fenosa está entre as 100 maiores do Brasil. Além disso, a Ceg foi a grande

Premiações de 2013

As empresas da Gas Natural Fenosa conquistaram importantes premiações em 2013. Foram cases e projetos que receberam o reconhecimento de diferentes instituições. Esses prêmios foram:

- Prêmio Smart - Utilities e Telecom
Cases: 100% no Controle da área Controle de Operações e Tecnologia de monitoramento reflete excelência no relacionamento da área Balanço de Gás.
- Prêmio MasterInstal
Case: Tecnologia de Monitoramento de Odor reflete Eficiência na distribuição de gás da área Balanço de Gás.
- Prêmio ABT
Case: 100% no Controle da área Controle de Operações.

vencedora do setor de Petróleo e Gás da 13ª edição do prêmio Valor 1000 que - além de premiar as campeãs em 25 setores da economia - estabelece um ranking das mil maiores empresas do país. A Ceg ficou ainda entre as top 10 em quatro critérios adotados pela premiação. Ceg Rio e Gas Natural Fenosa em São Paulo aparecem entre as 10 primeiras em dois critérios. As três empresas melhoraram suas colocações no ranking, em comparação com o ano anterior. Juntas, as três distribuidoras do Grupo Gas Natural Fenosa ocupam a posição de número 85, 15 posições à frente da alcançada em 2011.



Evolução das atividades da Gas Natural Fenosa em São Paulo



Botucatu é uma das campeãs do Programa Município Verde-Azul* e ganhará mais um aliado na busca pela preservação do meio ambiente: o gás natural.

O gás natural canalizado é uma energia segura, moderna, econômica e ambientalmente correta, que chegará à cidade para atender indústrias, comércios, residências e veículos.

Gas Natural Fenosa, desenvolvimento com respeito por você e pelo meio ambiente.

0800 772 2348
www.gasnaturaifenosa.com.br

Clientes captados no ano de 2013: as altas por gestão comercial acumuladas totalizaram 5.126 clientes, sendo 4.943 residenciais, 177 comerciais, 3 indústrias e 2 postos de GNV (gás natural veicular). Este índice aponta o desempenho da gestão comercial na captação de novos clientes, sendo certo que o resultado obtido é traduzido pelo número do incremento líquido de clientes.

Incremento líquido e total de clientes: no ano de 2013, houve incremento líquido (altas menos baixas) de 3.647 clientes, crescimento de 9,59% em relação a 2012. O número total de clientes registrado no fechamento do ano foi de 41.675.

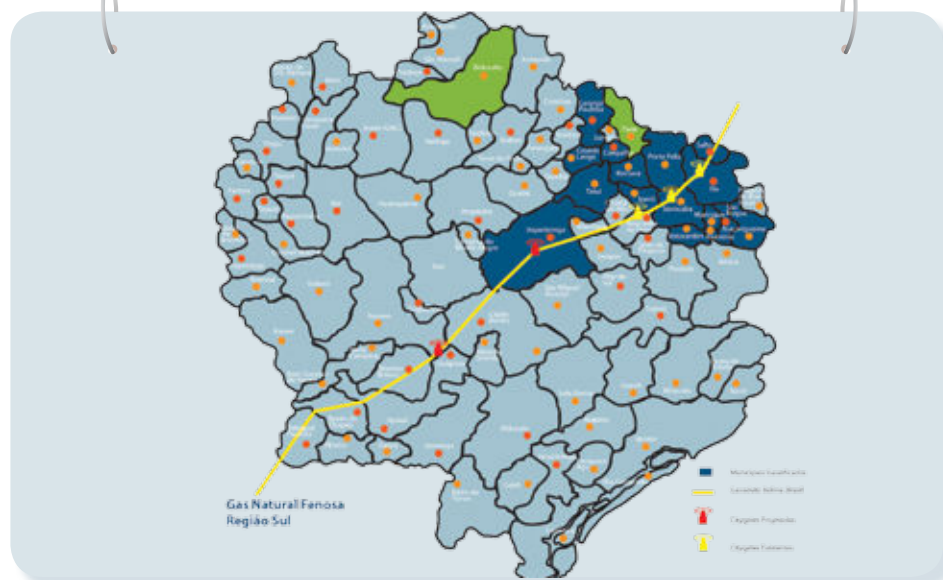
Vendas: as vendas de gás natural em 2013, que totalizaram 484.581 mil m³, tiveram um declínio de -2,08%, em relação a 2012, quando

somaram 494.850 mil m³. Credita-se ao fato, basicamente, a queda de competitividade do gás natural na região, principalmente, no segmento industrial.

Investimentos: foram investidos R\$ 22,8 milhões no ano de 2013, sendo R\$ 17,6 milhões destinados à construção de infraestrutura de distribuição e o restante, R\$ 5,2 milhões, para manutenção da rede e demais gastos operacionais da empresa.

Atividade operacional: foram atendidas 31.720 chamadas no teleatendimento, de janeiro a dezembro de 2013. O percentual de chamadas abandonadas na URA foi de apenas 0,82%, no fechamento do ano, demonstrando a excelência do atendimento, com um índice de satisfação global de 9 pontos.

Atividade Comercial



O desenvolvimento da atividade comercial deu-se em toda a região onde a empresa já atua, fornecendo gás aos clientes nos seguimentos residencial, comercial, industrial e de gás natural veicular - GNV, que abrange 16 municípios da região Sul do Estado de São Paulo. São eles: Sorocaba, Itu, Salto, Votorantim, Tatuí, São Roque, Mairinque, Araçatuba, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Boituva, Cerquilha, Alumínio, Cesário Lange, Itapetininga e Iperó.

O destaque foram as captações nos segmentos residencial e comercial, que voltaram a crescer de forma acelerada, rumo a metas mais audaciosas projetadas para 2014, que resultaram no incremento de clientes nestes dois segmentos. No mercado comercial, 3.539 novas residências passaram a ser abastecidas com gás natural em 2013, e, no mercado comercial, foram 113 estabelecimentos, que passaram a receber o fornecimento.

Cientes	2013	2012	Varição	Varição (%)
Residencial	40.304	36.765	3.539	9,63%
Comercial	1.148	1.035	113	10,92%
Industrial	196	201	-5	-2,49%
GNV	27	27	0	0,00%
TOTAL	41.675	38.028	3.647	9,59%

Embora tenham sido captados dois novos postos de GNV, dois outros deixaram de ser atendidos, mantendo-se inalterado, em 2013, o número de postos (27) que são abastecidos com Gás Natural Veicular, frente ao ano anterior.

Em 2013, a Gas Natural Fenosa em São Paulo concluiu o ano contabilizando 41.675 clientes, o que representou um aumento de 9.59%, em relação ao ano de 2012, e um incremento líquido de 3.647 usuários em toda a área de concessão.

Os planos de expansão incluíram o início do fornecimento à cidade de Itapetininga, começando pelo segmento industrial, em março de 2013. Na cidade de Sorocaba, maior mercado consumidor da empresa, a companhia terminou o ano com mais de 27.300 clientes residenciais, 553 comerciais, 68 industriais e 11 postos de distribuição de GNV.

Crescimento do número de clientes nos últimos cinco anos:

O número total de clientes em 2013 teve crescimento de quase 10%, na relação com 2012, um desempenho recorde desde 2009, somando incremento líquido de 3.647.

Cientes	2009	2010	2011	2012	2013
Residencial	30.733	32.621	34.409	36.765	40.304
Comercial	857	908	970	1.035	1.148
Industrial	198	197	195	201	196
GNV	31	30	30	27	27
TOTAL	31.819	33.756	35.604	38.028	41.675

Evolução do volume de vendas de gás natural

O volume total de gás natural distribuído em 2013 foi de 484.581 m³/ano, com uma pequena redução de 2,08%.

Embora os segmentos residencial e comercial tenham apresentado aumento do volume de vendas – em decorrência do incremento no número de clientes – as vendas de gás da companhia foram impactadas negativamente, sobretudo, pelo mercado de GNV, que apresentou uma redução de quase 11% nas vendas.

Esse impacto foi sofrido em todo o país. De acordo com a ABEGÁS, o volume de vendas apurado em todo o Brasil apresentou uma redução de 3,67%. Excluindo-se o Estado do Rio de Janeiro

dessa média nacional, a queda para a Região Sudeste seria de 9,3%. Desta forma, o resultado da Companhia está em linha com a redução das vendas de GNV, que ocorreu em todo o Estado de São Paulo.

Para 2014, a companhia espera recuperar as vendas para este segmento, mantendo suas campanhas publicitárias e de fidelização e tendo em conta, ainda, o aumento do preço da

gasolina, já no final de 2013, e o término das garantias estendidas de veículos vendidos nos últimos 2 a 3 anos, que desencorajam a conversão dos veículos para o gás natural.

Evolução do volume

O volume total de gás natural distribuído em 2013 foi de 484.580 m³/ano, com um declínio de 2% frente ao ano anterior.

Volume m ³ /ano	2013	2012	Variação (%)
Residencial	4.905.919	4.680.794	4,81%
Comercial	4.954.424	4.542.608	9,07%
Industrial	460.836.182	470.038.257	-1,96%
GNV	13.884.096	15.587.957	-10,93%
TOTAL vendido	484.580.621	494.849.616	-2,08%

Serviço a Cliente



Em São Paulo, a Gas Natural Fenosa destacou-se pelos índices de satisfação quanto aos serviços prestados, além de outros indicadores de desempenho do setor de Serviços a Cliente.

O Índice Global de Satisfação de Clientes fechou 2013 com pontuação de 9.00. Uma nota excelente, que demonstra a confiabilidade do usuário no fornecimento contínuo (sem interrupções) do gás natural, além do fortalecimento da imagem da companhia, do cumprimento das expectativas quanto ao preço praticado e do incremento do índice de lealdade dos clientes.

Continuam contribuindo para esses resultados as ações internas, de melhorias dos processos, assim como as externas, de consolidação da marca da empresa atrelada à responsabilidade social corporativa.

A Companhia procurou estabelecer um diálogo mais próximo de seus consumidores, por meio de uma página no Facebook e Twitter, além do portal na web, com diversos serviços e

facilidades para os clientes e acionistas. No Facebook, a empresa mantém um aplicativo no qual o cliente pode encaminhar suas dúvidas e solicitações.

Pesquisa Global 2013

Ano	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2012	9.11	8.97	9.03	9.04
2013	9.09	9.13	9.10	9.00

Índice de satisfação

	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Reclamações da Gas Natural Fenosa SP	n.a.	n.a.	n.a.	6.86
Call Center da Gas Natural Fenosa SP	9.06	8.27	7.70	8.16
Agências da Gas Natural Fenosa SP	8.47	8.98	8.60	8.88

*n.a. – Não apontado

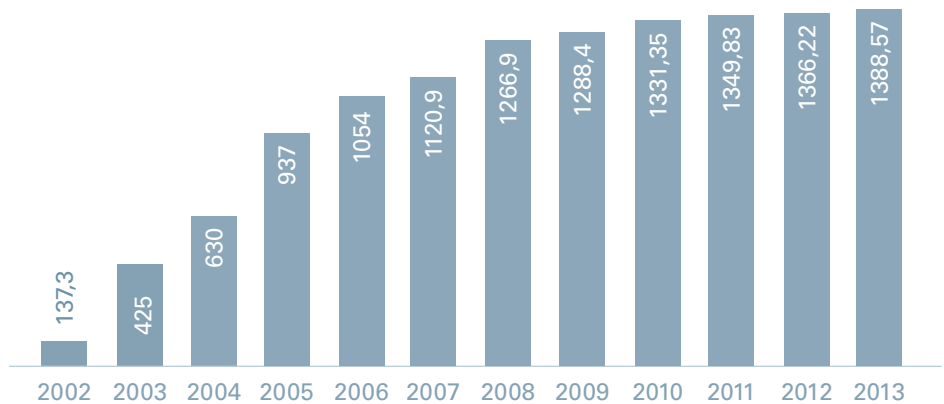
A atenção com os serviços online continuou sendo o foco do setor em 2013, que prosseguiu buscando novas ferramentas para facilitar e tornar mais rápido o atendimento ao cliente, ao mesmo tempo em que otimizando os recursos da empresa a empresa.

Atividade Técnica



A Gas Natural Fenosa em São Paulo expandiu sua infraestrutura de distribuição, executando 670 ramais e 16,76 km de redes, terminando o ano com quase 1,4 mil km em operação e mantendo-se como a 3ª maior distribuidora de gás natural canalizado do país em infraestrutura de fornecimento.

Quanto à confiabilidade e à segurança do sistema, foram realizadas inspeções preventivas em 100% das redes de alta e média pressão e efetuadas outras mais de 4.200, em instalações auxiliares.



Pesquisa e Desenvolvimento

Com recursos destinados ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Gas Natural Fenosa capacitou 141 profissionais do Corpo de Bombeiros de Sorocaba e região, 62 colaboradores da CPFL (concessionária de luz) e 160 do SAAE (concessionária de saneamento básico). O objetivo foi

promover o desenvolvimento de ações que garantam o pronto atendimento em situações de urgência, bem como o incremento da segurança das redes de distribuição de gás natural e da utilização do produto.

Outra ação realizada como parte do programa manual de P&D foi a com continuação da feira educativa "Energia Total, Gás Natural", que demonstrou,

por meio de jogos e dinâmicas, o que é o gás natural, de onde vem, suas aplicações no dia a dia e os benefícios para o planeta. Ao todo, a feira atendeu um público estimado de mais de 14 mil pessoas, nas cidades de Itu, Porto Feliz, Cerquillo, Tatuí e Boituva. Os investimentos totais, nos dois programas de P&D, somaram acima de R\$ 100 mil.



Recursos Investidos

Em 2013, foram investidos R\$ 22,8 milhões, 58% a mais do que no ano anterior. Quase 80% destes investimentos, ou seja, R\$ 17,6 milhões, foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição e o restante, um total de R\$ 5,2 milhões, foram convertidos para manutenção da rede de gás e demais gastos operacionais da empresa.

Qualidade, segurança e meio ambiente

Os padrões de qualidade, meio ambiente e segurança da companhia sustentaram-se os mais elevados, com manutenção dos certificados de qualidade NBR ISO 9001:2008, de cumprimento às normas ambientais NBR ISO 14001:2004 e de segurança OHSAS 18001:2007.

Investimentos	2013	2012	Variação \$	Variação %
Total	22,8	14,4	8,4	58,33%
Infra de distribuição	17,6	11	6,6	60,00%
Manutenção e operação	5,2	3,4	1,8	52,94%

Sumário Financeiro



Receita Líquida

No ano de 2013, a Receita Líquida da empresa fechou em R\$ 563,8 milhões, permanecendo em linha com 2012 e tendo um aumento considerável em relação ao ano anterior, de 34,3%.

Lucro Bruto

A empresa alcançou Lucro Bruto de R\$ 146,1 milhões. Em relação ao exercício de 2012, foram 21,3% de incremento, evidenciando que a empresa está recuperando os resultados gradativamente, depois do impacto da redução das margens, resultado da Revisão Quinzenal concluída em 2010, além da queda do volume de vendas nos segmentos industrial e de GNV.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2013 foi de R\$ 2,9 milhões, apontando redução de 39,1% em relação ao ano de 2012, que foi de R\$ 4,7 milhões. O principal motivo da queda foi a realização da redução de capital, em maio de 2013, no valor de R\$ 100 milhões, que contribuiu para a diminuição da receita com aplicação financeira.

	2013	2012	Varição \$	Varição %
Resultado Financeiro (R\$ mil)	2.887	4.739	-1.852	-39,08%

Lucro Operacional

O Lucro Operacional da companhia em 2013 foi de R\$ 105,4 milhões, apresentando um aumento de quase R\$ 51,2 milhões em relação ao ano anterior, reflexo, basicamente, da atualização monetária das tarifas.

Lajida (Ebitda)

Em 2013, o Lajida registrado foi de R\$ 141,3 milhões, com aumento de 63,99% sobre 2012.

Lajida (R\$ mil)	2013	2012	Varição (R\$)	Varição (%)
Lajida	141.293	86.158	54.124	63,99%
Lucro líquido do exercício	81.361	44.378	36.983	83,34%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	26.952	10.428	16.524	158,46%
Resultado Financeiro	-2.887	-5.432	2.545	-46,85%
Depreciação e amortização	34.856	36.784	-1.928	-5,24%

Remuneração aos acionistas

Em conformidade com a estrutura de capital apresentada, a administração propôs uma distribuição de resultados de R\$ 29,9 milhões a título de juros sobre o capital próprio, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, que foi realizada em 18/12/2013. O pagamento, em única parcela, está previsto para o mês de julho de 2014.

Esta proposta será apreciada na Assembleia Geral de Acionistas no mês de abril de 2014.

Financiamentos

A política de buscar financiamentos, preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a empresa mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Em 2013, a companhia não obteve novo financiamento, amortizando os financiamentos anteriormente contraídos.

Para 2014, a empresa manterá a política de buscar financiamentos preferencialmente junto às entidades multilaterais, nas melhores condições de mercado.

Panorama Tributário



Em 2013, em atendimento à Instrução Normativa 1.277/2012, da Receita Federal, iniciou-se projeto para implantação do SISCOSEV, o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Alteração no Patrimônio.

Ao longo do ano, a companhia buscou a implantação de programas operacionais, com o objetivo de aumentar a eficiência e a confiabilidade na apuração dos tributos. Adicionalmente, trabalhou, constantemente, pela eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação, principalmente, no segmento de combustível.

O quadro tributário a seguir demonstra os valores dos tributos pagos com base na legislação tributária vigente.

GNSPS	2013	2012	Varição %
COFINS	13,85	9,65	30,32%
PIS	3,07	2,09	31,92%
IRPJ	8,06	10,93	-35,61%
CSLL	7,2	7,22	-0,28%
IOF	0,41	0,016	2462,50%
AGENERSA	2,06	2,04	0,97%
ICMS	27,21	18,26	32,89%
IPVA	0,35	0,31	12,90%
ISS	0,05	0,04	20,00%
TOTAL (MBRL)	62,26	50,606	21,99%

Responsabilidade Social Corporativa



Público Interno

Para promover um entorno de trabalho motivador e desenvolver seus profissionais, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu prosseguimento a programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e equilíbrio da vida pessoal e profissional dos colaboradores.

Merece destaque a obtenção do certificado **EFR Global (empresa familiarmente responsável)**, que reconhece o grupo Gas Natural Fenosa como líder internacional na qualidade de emprego, flexibilidade e estímulo à vida social dos colaboradores, assim como em formação e desenvolvimento profissional, o que potencializa uma cultura corporativa baseada no respeito e no compromisso mútuo da empresa com seu quadro de funcionários. O grupo torna-se o primeiro no mundo a obter o certificado EFR Global. O Brasil obteve a certificação local em 2012.

Realizamos o ciclo 2013 da **Pesquisa de Clima e Compromisso**, com o objetivo de identificar o grau de satisfação e o compromisso de todos os funcionários. A pesquisa foi 100% online, com participação de 91%. Comunicação, Responsabilidade Corporativa, Compromisso Sustentável e Chefia foram as categorias melhor avaliadas. Destaque positivo também para a boa percepção dos funcionários sobre os benefícios, reconhecimento não remunerado, flexibilidade de horário, adequação dos treinamentos e alto conhecimento da missão e visão da organização.

Principais indicadores

Quadro de Pessoal/Número de empregados	30
Homens/Mulheres (%)	63 / 37
Total de diretivos*	1
Mulheres em postos diretivos	0
Gastos de Pessoal (R\$)	4.968.060
Horas de treinamento por empregado	54
Investimento em formação anual (R\$)	32.715

*Diretores e gerentes

Oportunidades de Desenvolvimento

Com o intuito de reforçar o compromisso da companhia com o desenvolvimento profissional de seus funcionários, ampliando canais de comunicação para que seja mantida aberta a discussão sobre desenvolvimento e carreira, a empresa realizou a 4ª edição do evento "Carreira em Foco".



Esta ação contou com especialistas em Recursos Humanos, que, por meio de palestras, consultorias individuais e divulgação de programas e políticas de gestão de carreira, mostraram aos colaboradores as ferramentas de desenvolvimento que a empresa disponibiliza para cada um e a melhor forma de utilizá-las. Igualmente foi realizado o lançamento do novo modelo de competências – “Nossa Liderança”.

Também foram investidos R\$ 32.715 em quase duas mil horas de capacitação para os funcionários e terceirizados.

Projetos relevantes que foram lançados e desenvolvidos em 2013:

Gestão de Talentos - Definido novo modelo de Gestão de Talento, que tem como objetivo apoiar as necessidades estratégicas da empresa, bem como potencializar a cultura do desenvolvimento para todos os funcionários. Como eixo principal, foi implantado o modelo de competências denominado “Nossa Liderança”, que é composto de 24 competências

estruturadas em três pilares-chave: Visão, Pessoas e Gestão. Foi realizada a avaliação 360° (ferramenta de desenvolvimento, em que o participante promove a autoavaliação e também é avaliado por seu chefe, pares e colaboradores) para um nível específico de gestores, que culminou em um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), em que cada participante definiu seus objetivos e, juntamente com seu gestor, elaborou um plano de ação para desenvolver competências.

Itinerários Formativos - A Universidade Corporativa lançou os itinerários de formação, que são uma solução formativa personalizada, apresentada em um mapa de habilidades e conhecimentos. Cada itinerário é composto por três blocos: conhecimentos de contexto (comum a todos os profissionais); habilidades (o que cada um necessita para desempenhar com sucesso seu trabalho) e conhecimentos funcionais (conteúdos selecionados pela área de negócio). O primeiro itinerário lançado em 2013 foi o do Gestor de Obra.

Universidade Estendida - A companhia lançou a Universidade Estendida, que prevê treinamentos para fornecedores e contratadas, com a proposta de apoiar na consecução dos objetivos, assegurando a formação dos fornecedores e garantindo a adequação aos padrões de qualidade, segurança e serviço da empresa. A metodologia da Universidade Estendida está alinhada com os objetivos das direções técnicas e tem o mesmo processo de formação da Universidade Corporativa: detecção de necessidades, realização do plano de formação, execução e seguimento dos indicadores. Itinerários de formação foram criados para atender, exclusivamente, às necessidades de cada perfil.

Programa de Mobilidade Interna - Foi potencializado, com o objetivo de promover a movimentação interna na empresa, aumentando a cobertura de vagas e obtendo uma ótima adequação pessoa-posto.

Programa Bolsa de Estudos - Patrocina parte importante do investimento na educação. A empresa promoveu o desenvolvimento profissional



e pessoal de seus colaboradores, com 10 bolsas de estudo ativas na Gas Natural Fenosa em São Paulo, no ano de 2013, em cursos de graduação e pós-graduação, ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.

Qualidade de Vida - A empresa demonstra o quanto o colaborador é valioso e ressalta a importância em manter o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. No ano de 2013, a companhia deu sequência a sessões de shiatsu e reflexologia, assim como locação de quadra de futebol. Ao longo do ano, datas comemorativas foram celebradas com a equipe, como: Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Secretárias, Dia do Mestre, Dia das Crianças e Natal.

Responsabilidade Corporativa - A Companhia realizou uma formação online sobre seu Código de Ética, tendo a participação de 100% dos funcionários da Gas Natural Fenosa São Paulo. O Código de Ética tem como missão fornecer um padrão de comportamento fundamentado em

ética na atividade diária do funcionário, assim como proporcionar os mecanismos adequados para consulta e notificação de ocorrências.

Políticas de Benefícios e Flexibilidade

Sempre com o compromisso de oferecer aos seus funcionários uma política de benefícios diversificada e abrangente, a companhia contou, no ano de 2013, com uma Política de Benefícios que inclui: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio-medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio-creche, Auxílio-excepcional, Vale-refeição, Cesta Básica, Empréstimo Emergencial, Auxílio-funeral, Empréstimo Material Escolar, Bolsa de estudos, Complementação Previdenciária, Extensão da Licença-Maternidade de quatro para seis meses e Benefício Empréstimo Consignado, com desconto em folha de pagamento.

Na Gas Natural Fenosa em São Paulo, a jornada de trabalho, exceto para os funcionários de serviços essenciais, realiza-se em horários flexíveis, tanto

para a entrada, quanto para a saída. Em todos os feriados que ocorrem às terças e quintas-feiras, os funcionários são dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela empresa.

A partir de 2013, estendemos para o ano todo a redução de jornada de trabalho em duas horas às sextas-feiras, mediante compensação ao longo do ano.

Programa Por Dentro da Empresa

Criado em 2012, com o objetivo de proporcionar a vivência dos colaboradores nas várias etapas do sistema de distribuição de gás natural, assim como o engajamento de todos nesse processo, em 2013, o Programa Por Dentro da Empresa possibilitou que os colaboradores conhecessem as instalações de gás natural e sua importância para o processo produtivo das indústrias Tavex, em Tatuí, e Brasil Kirin, em Itu.

Relacionamento com a Sociedade



A Gas Natural Fenosa em São Paulo deu continuidade às ações e programas de responsabilidade social corporativa, com base nos quatro pilares sustentados pelo grupo Gas Natural Fenosa no mundo: Social, Educação, Cultura e Meio Ambiente. Os projetos nestas áreas são desenvolvidos com o intuito de contribuir para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida na região de atuação da empresa, assim como para o fortalecimento de sua imagem como socialmente responsável e do relacionamento com as comunidades.

Ações Sociais

• Empresa Amiga Solidária

Em 2013, completando oito anos consecutivos, a Gas Natural Fenosa foi reconhecida como “Empresa Amiga Solidária”, pelo auxílio prestado à instituição de utilidade pública Lar Escola Monteiro Lobato, em Sorocaba, para a educação e a formação sociocultural de crianças e adolescentes carentes. Os recursos

doados pela empresa em 2013 foram utilizados para compra de instrumentos musicais para a Fanfarra da entidade e material esportivo.

• Campanha do Agasalho

Participação na Campanha do Agasalho do Fundo Social de Solidariedade do Governo do Estado de São Paulo, com a doação de 400 cobertores. Em 2013, a companhia entregou, ainda, outros 600 cobertores para o Fundo Social de Solidariedade Porto Feliz e incentivou seus colaboradores e clientes a igualmente doarem peças de roupas em bom estado de uso para as famílias carentes atendidas.

• Campanha do Dia das Crianças

Desde 2008, a Gas Natural Fenosa em São Paulo apoia os Fundos Sociais de Solidariedade das cidades da região, com a entrega de brinquedos às crianças carentes atendidas por diferentes entidades, durante a semana de 12 de outubro.

Neste ano, as cidades beneficiadas foram: Sorocaba, por meio das entidades Associação Pró-reintegração Social da Criança e ASIPECA (Associação de Socorro Imediato a Pessoas com Câncer) e Porto Feliz, Boituva, Tatuí, Itu e São Roque, por meio de seus Fundos Sociais de Solidariedade. A campanha arrecadou um total de 800 brinquedos.

• McDia Feliz

Pelo quarto ano consecutivo, a área de Serviços a Cliente da Gas Natural Fenosa em São Paulo apoiou a Campanha McDia Feliz na cidade de Sorocaba, em que os recursos arrecadados com a venda do lanche Big Mac são revertidos integralmente para o hospital do câncer infantil, que é mantido pelo GPACI (Grupo de Apoio de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil). Clientes que aderiram ao débito automático foram premiados com vales-Big Mac da campanha.



• Cestas de Natal

Desde 2007, a companhia colabora com as comemorações de Natal promovidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade das cidades onde atua. No ano de 2013, os municípios de Boituva, São Roque e Porto Feliz foram beneficiados pelo programa.

• Doação de computadores

Com o objetivo de incentivar a inclusão digital, a Gas Natural Fenosa em São Paulo realizou a doação de nove computadores ao Instituto Sorriso de Criança, que atende crianças carentes da cidade de Votorantim. No ano de 2013, a empresa também doou seis máquinas para o Corpo de Bombeiros de Sorocaba.

• Casa de Belém

Em 2013, foram doadas 150 cestas básicas para manutenção das atividades da Casa de Belém, da cidade de Salto, instituição que tem

como missão acolher e abrigar, temporariamente, as crianças vitimizadas, pela violência física, sexual, psicológica ou em total estado de abandono.

• GPACI

A Gas Natural Fenosa em São Paulo doou medicamentos para o tratamento das crianças com câncer atendidas pelo hospital do GPACI (Grupo de Pesquisa e Apoio ao Câncer Infantil), localizado na cidade de Sorocaba e que é referência estadual em índices de cura.

Ações Ambientais

Programas de Reciclagem

Papéis, jornais e plástico. A companhia promove a reciclagem de papéis, papelões e jornais em desuso pelos colaboradores, além do plástico das canoplas inutilizadas de medidores de consumo de gás natural. Em 2013, foram reciclados 114

kg de papéis e papelões. Os recursos provenientes do reaproveitamento de todos estes materiais são revertidos à ONG Catares, integrante do projeto de reciclagem da Prefeitura de Sorocaba.

Pilhas e baterias de celular.

Por meio de mais um ano de parceria com a ONG Iviso (Instituto Viver de Sorocaba), a empresa possibilitou a reciclagem, durante o ano de 2013, de 137,39 kg de pilhas e baterias de celular, 57,39 kg a mais que em 2012. Esta iniciativa ajuda a evitar danos ao meio ambiente e à saúde provocados pelo descarte indevido destes materiais na natureza

Cartuchos e tonners. Em 2013, a companhia doou 30 unidades, entre cartuchos e toners, para a entidade social Casa do Menor de Sorocaba, para fins de reciclagem e captação de recursos em benefício de suas atividades.



VII Simpósio do Meio Ambiente da Unimed Sorocaba

A operadora de plano de saúde Unimed Sorocaba investe na alternativa de fornecimento de gás natural para o hospital do convênio, como fonte de energia moderna e ecologicamente correta. Adicionalmente, todos os anos, realiza um simpósio sobre meio ambiente, que reúne especialistas brasileiros nos mais diversos temas ligados à ecologia e à sustentabilidade. A Gas Natural Fenosa em São Paulo apoiou esta atividade pelo quarto ano consecutivo.

Semana da água

A empresa participou do evento “Semana da Água”, uma exposição promovida pela Prefeitura de Votorantim, por meio de sua Secretaria do Meio Ambiente, com o intuito de conscientizar a população sobre a importância da água para a preservação da vida e do planeta. O evento reuniu mais de 3.200 visitantes. A companhia expôs uma casa modelo do uso do gás natural, que demonstra as aplicações

do produto, suas inúmeras vantagens – entre elas, a sintonia com o meio ambiente –, e como são simples e seguras as instalações do sistema.

Ações Culturais

Projeto Tom Natural

Promovido pela Gas Natural Fenosa em São Paulo desde 2009, com recursos do ICMS, por meio do Programa de Ação Cultural (ProAC), do Governo do Estado de São Paulo. Já foi investido mais de R\$ 1 milhão no projeto, que, em 2013, recebeu apoio das secretarias de Cultura de Sorocaba, Itu, Salto, Tatuí e Porto Feliz. O programa compreende apresentações de artistas da região, além de shows esporádicos de músicos reconhecidos nacionalmente, com destaque para as apresentações dos artistas Sérgio Reis e Chico Teixeira, em 2013.

5ª Caminhada Outubro Rosa

A Gas Natural Fenosa em São Paulo apoiou, pelo 4º ano consecutivo, uma causa social relevante no mundo inteiro: a prevenção e a cura do câncer de mama. Por meio de seu projeto

musical Tom Natural, a companhia levou um show especial do cantor Sérgio Reis à “Caminhada Outubro Rosa”, de conscientização pela cura da doença. Além disso, a sede da empresa permaneceu iluminada de cor-de-rosa durante uma semana, em apoio ao movimento.

Feira “Gás Natural, Energia Total”

Depois de passar por seis cidades da região e atender um público estimado de mais de 14 mil pessoas, a feira educativa “Gás Natural, Energia Total”, uma realização da concessionária Gas Natural Fenosa em São Paulo, permaneceu aberta para visitação no Museu da Energia de Itu, mantido pela Fundação Energia e Saneamento, ligada à Secretaria de Energia do Estado. Trata-se de um projeto promovido pela companhia, com recursos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo). A feira no Museu da Energia de Itu recebeu aproximadamente 1000 visitantes.

Relacionamento com órgãos públicos



Café da Manhã com Prefeituras

Como concessionária estadual do serviço público essencial de distribuição de gás natural canalizado, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu continuidade, em 2013, ao programa “Café da Manhã com Prefeituras”, um amplo projeto de relacionamento com os órgãos públicos dos municípios atendidos, de que participam prefeitos, secretários municipais e presidentes das Câmaras Legislativas. No ano, o programa contemplou as cidades de Votorantim, Sorocaba, Itu, São Roque, Tatuí, Cerquilha, Porto Feliz e Boituva.

Frente Parlamentar em Apoio à Exploração do Gás Natural no Estado de São Paulo

A Gas Natural Fenosa em São Paulo participou de reuniões de trabalho da Frente Parlamentar em Apoio à Exploração do Gás Natural no Estado de São Paulo. A articulação é liderada pelo deputado estadual Orlando Morando, com a participação das três distribuidoras de gás natural do Estado de São Paulo, além do apoio da Arsesp, Secretaria de Energia do Estado, outras secretarias estaduais e de deputados federais. A Frente já conquistou importante melhoria para o setor de GNV, com a revisão do cálculo da margem de substituição tributária do produto, o que representou uma queda de 10,42% ou R\$ 0,14 no preço do gás vendido pelas distribuidoras aos postos de combustíveis em todo o Estado de São Paulo.

**Demonstrações
financeiras
2013**

gasNatural 
fenosa

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Gás Natural São Paulo Sul S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Gás Natural São Paulo Sul S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação

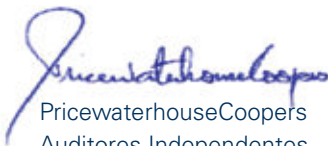
de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gás Natural São Paulo Sul S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2013	2012
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	48.104	99.484
Contas a receber de clientes (Nota 8)	80.396	74.572
Estoques	876	943
Tributos a recuperar (Nota 9)	12.106	7.541
Partes relacionadas (Nota 12)	49	169
Adiantamento a fornecedores	11	1.498
Outros ativos	190	191
	141.732	184.398
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar (Nota 9)	2.302	1.075
Débitos restituíveis (Nota 10)	328	328
Ativos fiscais diferidos (Nota 11(a))	17.841	34.482
Depósitos judiciais (Nota 18)	863	777
Outros ativos	11	20
	21.345	36.682
Intangível (Nota 13)	571.763	580.310
Diferido (Nota 14)	8.327	11.954
	601.435	628.946
TOTAL DO ATIVO	743.167	813.344

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2012	2012
		(Reapresentado)
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)		6.238
Fornecedores (Nota 15)	43.406	40.691
Obrigações trabalhistas a pagar	873	573
Tributos a pagar (Nota 17)	11.383	7.664
Imposto de renda a pagar	2.439	5.063
Partes relacionadas (Nota 12)	3.525	101.586
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 21)	29.855	11.349
Outros passivos	920	861
	92.401	174.025
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)		5.395
Provisão para contingências (Nota 18)	2.154	2.769
	2.154	8.164
Total do passivo	94.555	82.189
Patrimônio líquido (Nota 19)		
Capital social	584.923	584.923
Reservas de Lucros	63.689	46.232
Total do patrimônio líquido	648.612	631.155
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	813.344	813.344

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2013	2012
Receita líquida (Nota 20)		
Venda de gás	543.653	487.417
Contratos de construção (Nota 2.8 (ii))	19.721	14.579
Outras receitas	488	551
	563.862	502.547
Custos e despesas operacionais		
Compra de gás e de serviços	(369.165)	(367.509)
Custo dos contratos de construção (Nota 2.8 (ii))	(19.721)	(14.579)
Pessoal	(4.901)	(4.794)
Utilidades, materiais e serviços	(3.139)	(2.115)
Serviço de manutenção	(4.285)	(4.782)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(9.205)	(8.743)
Publicidade e propaganda	(1.021)	(984)
Despesas com royalties (Nota 12)	(6.889)	(4.311)
Aluguéis	(478)	(445)
Depreciações e amortizações (inclusive concessão e redes de gás)	(34.856)	(35.017)
Outras despesas operacionais, líquidas	(4.776)	(4.986)
	(458.436)	(448.265)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	105.426	54.282
Resultado financeiro (Nota 21)		
Receitas financeiras	4.662	
Despesas financeiras	(1.647)	
Atualizações monetárias, líquidas	(128)	
	2.887	4.739
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	108.313	59.021
Imposto de renda e contribuição social (Nota 17 (a))		
Correntes	(10.754)	(13.546)
Diferidos	(16.199)	2.311
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	81.360	47.786
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$	136,56	80,20

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto			
Em 31 de dezembro de 2011	654.841	6.788	3.007	31.620		726.338	
Integralização de capital (Nota 19 (a))	(100.000)					(100.000)	
Dividendos adicionais aprovados				(31.620)		(31.620)	
Lucro líquido do exercício					47.786	47.786	
Destinação do lucro							
Reserva legal		2.389			(2.389)		
Juros sobre o capital próprio proposto (Nota 19)						(11.349)	
Dividendo adicional proposto				34.048	(45.397)		
Em 31 de dezembro de 2012	584.923	9.177	3.007	34.048		631.155	
Dividendos adicionais aprovados				(34.048)		(34.048)	
Lucro líquido do exercício					81.360	81.360	
Destinação do lucro							
Reserva legal		4.068			(4.068)		
Juros sobre o capital próprio proposto (Nota 19(d))					(29.855)	(29.855)	
Dividendo adicional proposto				47.437	(47.437)		
Em 31 de dezembro de 2012	584.923	13.245	3.007	47.437		648.612	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma

	2013	2012
		(Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	108.313	59.021
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido (Notas 13 e 14)	34.856	35.017
Resultado na baixa do intangível	56	7
Juros, variações monetárias e cambiais não realizados	292	1.249
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	907	448
Provisão para contingências (Nota 18)	(615)	291
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(6.731)	(12.251)
Estoques	67	462
Tributos a recuperar e diferidos	26.007	11.027
Outros ativos	1.411	(1.997)
Fornecedores	2.715	(2.593)
Obrigações trabalhistas a pagar	300	291
Tributos a pagar	(25.858)	(9.573)
Partes relacionadas	(97.941)	(485)
Outros passivos	59	27
Caixa proveniente das operações	43.838	180.941
Juros pagos	(323)	(1.279)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.158)	(16.409)
IRRF sobre juros sobre capital próprio (Nota 20)	(4.030)	(3.715)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	24.327	159.538
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível (Nota 13)	(22.738)	(16.082)
Recebimento pela venda de ativo intangível		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(22.738)	(16.082)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(11.602)	(7.370)
Dividendos Pagos	(41.367)	(38.444)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(52.969)	(45.814)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(51.380)	(2.358)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	99.484	101.842
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	48.104	99.484

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

A Gás Natural São Paulo Sul S.A. (a "Companhia") foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos.

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do

OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

Em 2012, a Companhia investiu R\$ 16,7 milhões, sendo que 87% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 2,2 milhões, foi destinado à manutenção da rede e demais gastos operacionais da Companhia, já em 2013, a Companhia investiu R\$ 22,8 milhões, sendo que 77% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 5,2 milhões, foi destinado à manutenção da rede e demais gastos operacionais da Companhia

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 26 de março de 2014.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram

preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1.1 Reapresentado

Em 1º de outubro de 2012, conforme Assembleia Geral Extraordinária, houve uma redução de capital social para devolução aos acionistas por julgá-lo excessivo.

Em decorrência desta decisão, a empresa reconheceu em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 um aumento no contas a pagar de partes relacionadas de R\$ 100.000, tendo como contrapartida uma redução no patrimônio líquido no mesmo valor.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes", "demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como despesa ou receita financeira no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" (impairment). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.5 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.6 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos.

2.7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para

determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 11).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.8 Intangíveis

(i) Concessão para exploração de serviços públicos

Representado, principalmente, por rede de gás e está demonstrado pelo custo de aquisição. O valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados (dois anos após o início da concessão). Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência. Os demais ativos do contrato de concessão são amortizados pelo prazo de vida útil, exceto terrenos.

(ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(iii) Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os

custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

(iv) Servidão de passagem
Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.9 Diferido

(i) Instalações internas - captação
Referem-se aos gastos com instalações e equipamentos em residências, comércios e indústrias para captação de novos clientes e expansão dos negócios incorridos até 31 de dezembro de 2008. Conforme Lei 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07 e da Medida Provisória no. 449/08, convertida na lei 11.941/09, esses gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. Os valores são amortizados conforme taxa demonstrada na Nota 14.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto eventual ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2013 em decorrência dessa avaliação.

2.11 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados eram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo eram reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa era diferida até que o saque ocorra.

Os empréstimos eram classificados como passivo circulante, tendo a Companhia, liquidado todo o saldo de empréstimos em 2013.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado

na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Para os três primeiros anos do 3º ciclo (jun-10 a mai-13), a Companhia foi autorizada pelo órgão regulador, a ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado

de São Paulo, a efetuar, dentro de suas políticas tarifárias internas, o complemento em suas tarifas de venda de gás, em aproximadamente R\$ 0,05/m³, para recebimento do montante de R\$ 60,8 milhões proveniente de diferenças entre a margem máxima permitida e a margem obtida em todo o segundo ciclo tarifário. Esse valor, acrescido na margem, é chamado de "Termo de ajuste K". Esse complemento está sendo cobrado nas tarifas e foi aplicado até 31 de maio de 2013.

Já para o quarto ano do 3º ciclo (jun-13 a mai-14), o Termo de ajuste K, autorizado pelo órgão regulador é de aproximadamente R\$ 0,009/m³, para recebimento do montante de R\$ 4,6 milhões proveniente de diferenças entre a margem máxima permitida e a margem obtida ainda em relação ao segundo ciclo tarifário. Esse complemento está sendo cobrado nas tarifas e será aplicado até 31 de maio de 2014 e será reconhecido de acordo com a cobrança.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Vendas de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo do serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação às contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida em que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Resultado abrangente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não auferiu outros resultados abrangentes.

2.18 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou

interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 8). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 32.791 (2012 - R\$ 29.125).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas

em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 5.712 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.722 em 31 de dezembro de 2012).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

(e) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem

a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A

Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2013, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de câmbio

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira. A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía nenhum contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção. Em 31 de dezembro de 2013, a

Companhia não possuía saldo de empréstimos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceites somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado - instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente. A Nota 8 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às

necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na Nota 7, são divulgados os ativos que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da

Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2013			
Fornecedores	43.406		
Empréstimos e financiamentos			
Contas a pagar - partes relacionadas	3.525		
Em 31 de dezembro de 2012			
Fornecedores	40.691		
Empréstimos e financiamentos	6.552	3.001	3.648
Contas a pagar - partes relacionadas	101.586		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2012
		(Reapresentado)
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)		11.633
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(48.104)	(99.484)
Dívida líquida	(48.104)	(87.851)
Total do patrimônio líquido	659.144	631.155
Total do capital próprio e de terceiros	611.040	543.304
Índice de alavancagem financeira - %		16

Não houve índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013, devido a liquidação total da dívida com terceiros em maio de 2013, fruto da manutenção da política de gestão de capital da Companhia.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias.

Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de R\$ 129.517 (2012 - R\$ 174.990) e como outros passivos financeiros no valor de R\$ 44.326 (2012 - R\$ 53.185).

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2013	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	80.396
Contas a receber de clientes	48.104
Caixa e equivalentes de caixa	863
Depósitos Judiciais	154
Demais contas a receber	49
	129.556

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2013	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	43.406
Fornecedores	920
Demais contas a pagar	3.525
	47.851

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2012	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	74.572
Contas a receber de clientes	99.484
Caixa e equivalentes de caixa	777
Depósitos Judiciais	157
Demais contas a receber	169
	175.159

	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2012	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	11.633
Empréstimos	40.691
Fornecedores	861
Demais contas a pagar	101.586
	154.771

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 41.675 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e contas correntes bancárias	9.137	10.614
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (i)	38.967	88.870
	48.104	99.484

(i) Referem-se às aplicações em CDB - Certificado de depósito bancário em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 100,6 % do CDI - certificado de depósito interbancário (2012 - 101,08% do CDI), podendo ser resgatados a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

8 Contas a receber de clientes

	2013	2012
Segmentos comercial e residencial	1.850	1.604
Segmento industrial	47.845	44.981
Fornecimento de gás medido e não faturado	32.792	29.125
Equipamentos	403	449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.494)	(1.587)
	80.396	74.572

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2013	2012
A vencer	74.683	70.850
Até três meses	5.611	3.477
De três a seis meses	102	245
Acima de seis meses	2.494	1.587
	82.890	76.159

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2013	2012
Em 1º de janeiro	1.587	1.139
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	1.964	1.000
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(1.057)	(552)
Em 31 de dezembro	2.494	1.587

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. A partir 32 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais e GNV tem o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais, o fornecimento é suspenso a partir de 65 dias de atraso e para os clientes comerciais, o fornecimento é suspenso a partir de 35 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 6 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

9 Tributos a recuperar

	2013	2012
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	1.796	774
PIS - Programa de Integração Social	975	261
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	4.785	1.505
IRRF a compensar	1.798	2.451
CSLL a compensar	5.052	3.623
Outros	2	2
	14.408	8.616
Circulante	12.106	7.541
Não circulante	2.302	1.075

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos

devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

10 Débitos restituíveis

A Companhia, em dezembro de 2012, firmou com a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. aditivo nº 01 ao contrato de compra e venda de gás natural importado celebrado em julho de 2002 (Contrato Convencional) e em complemento ao mesmo firmou na mesma data o Contrato firme de compra e venda de gás natural (Contrato firme inflexível). Ambos os contratos têm cláusulas prevendo

quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas. O não cumprimento dessas cláusulas enseja o pagamento de diferenças, as quais poderão ser convertidas em créditos. Esses créditos poderão ser utilizados caso a Companhia venha a consumir tais quantidades mínimas dentro da vigência do contrato. Tais créditos encontram-se registrados conforme demonstrado a seguir:

	2013	2012
Ativo não circulante – realizável a longo prazo		
Capacidade de transporte paga e não utilizada (Ship or Pay-SoP)	328	328
	328	328

11 Ativos fiscais diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	23.656	8.515	32.171
Diferenças temporárias do exercício	6.442	2.319	8.761
Diferenças temporárias-conta corrente/ativo regulatório	5.419	1.951	7.370
Realização de ativos diferidos por			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(5.883)	(2.118)	(8.001)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(4.279)	(1.540)	(5.819)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	25.355	9.127	34.482
Diferenças temporárias do exercício	8.250	2.970	11.220
Diferenças temporárias - conta corrente/ativo regulatório	(8.531)	(3.071)	(11.602)
Realização de ativos diferidos por			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(8.686)	(3.127)	(11.813)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(3.269)	(1.177)	(4.446)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	13.119	4.722	17.841

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2013	2012
2013		14.437
2014	7.771	13.143
2015	6.996	6.902
2016	3.074	
	17.841	34.482

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro

líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:						Total
	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor-governo	Mudança de práticas	Ativo diferido	IR e CS Prejuízo fiscal base negativa	
Em 31 de dezembro de 2012	41	1.008	1.752	20.941	1.625	9.115	34.482
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	35	147	(710)	(11.625)	(43)	(4.445)	(16.641)
Em 31 de dezembro de 2013	76	1.155	1.042	9.316	1.582	4.670	17.841

12 Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

(a) Saldos

	2013	2012
Ativo circulante – partes relacionadas		(Reapresentado)
Gas Natural SDG, S.A.	30	
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	19	44
Gas natural BAN, S.A.		125
	49	169
Passivo circulante – partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	79	67
Gas Natural SDG, S.A. (2012 - Nota 19(a))	3.446	101.519
	3.525	101.586

(b) Transações

	2013	2012
Despesas operacionais		
Serviços corporativos		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG	846	808
Gas Natural BAN, S.A.	594	
Serviços de uso de software		
Gas Natural SDG, S.A.	434	310
Royalties		
Gas Natural SDG, S.A.	6.889	4.311
	8.763	5.429

O serviço de uso de software refere-se ao contrato com a Gas Natural SDG, S.A. para uso de direitos dos softwares corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural SDG, S.A. referente à transferência de conhecimentos técnicos

e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido.

Remuneração do pessoal chave da administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os

custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

13 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidão de passagem	Software	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	348.287	1.702	1.139	244.005	595.133
Aquisições			323	15.759	16.082
Alienações				(7)	(7)
Amortização	(18.912)	(74)	(528)	(11.384)	(30.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	329.375	1.628	934	248.373	580.310
Custo total	535.828	2.056	5.265	332.858	876.007
Amortização acumulada	(206.453)	(428)	(4.331)	(84.485)	(295.697)
Saldo contábil, líquido	329.375	1.628	934	248.373	580.310
Saldos em 1º de janeiro de 2012	329.375	1.628	934	248.373	580.310
Aquisições			236	22.502	22.738
Alienações				(56)	(56)
Amortização	(18.912)	(74)	(416)	(11.827)	(31.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	310.463	1.554	754	258.992	571.763
Custo total	535.828	2.056	5.501	355.304	898.689
Amortização acumulada	(225.365)	(502)	(4.747)	(96.312)	(326.926)
Saldo contábil, líquido	310.463	1.554	754	258.992	571.763
Taxas anuais de amortização (%)	4	3	20	11,2	

Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC 01, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os bens vinculados a concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.8(ii), sendo que esses montantes são compostos pelos seguintes ativos em 31 de dezembro de 2013:

	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil, líquido
Terrenos	35		35
Edificações e obras civis	62	(62)	
Rede de gás	328.016	(89.833)	238.183
Máquinas e equipamentos	3.313	(2.745)	568
Equipamentos de informática - Hardware	2.348	(2.097)	251
Móveis e utensílios	728	(552)	176
Veículos	1.406	(847)	559
Benfeitorias em imóveis de terceiros	558	(176)	382
Obras em andamento (i)	18.838		18.838
	355.304	(96.312)	258.992

(i) "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquillo, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Porto feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí e Votorantim.

14 Diferido

	Conversão - transformação de aparelhos	Instalações internas - captações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012	66	15.852	16.073
Amortização	(45)	(3.919)	(4.119)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	21	11.933	11.954
Custo total	575	44.461	60.763
Amortização acumulada	(554)	(32.528)	(48.809)
Saldo contábil, líquido	21	11.933	11.954
Saldos em 1º de janeiro de 2013	21	11.933	11.954
Amortização	(21)	(3.606)	(3.627)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		8.327	8.327
Custo total	575	44.461	60.763
Amortização acumulada	(575)	(36.134)	(52.436)
Saldo contábil, líquido		8.327	8.327
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	

15 Fornecedores

	2013	2012
Fornecedor de gás	35.511	33.271
Fornecedores de materiais e serviços	6.508	6.255
Retenções contratuais	1.387	1.165
	43.406	40.691

16 Empréstimos e financiamentos

	2013	2012
Financiamentos		11.602
Encargos provisionados sobre financiamentos		31
		11.633
Menos a parcela não circulante		(5.395)
Circulante		6.238

Os contratos em moeda nacional, denominados “financiamentos”, correspondiam aos contratos junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para financiamento de:

- (i) Projeto de ampliação da rede de distribuição de gás nos municípios de Porto Feliz, Laranjal Paulista, Votorantim, Itu, Boituva e Iperó. Em garantia a esse financiamento foi concedida fiança bancária com custo de 0,6% ao ano. O saldo desse financiamento é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.
- (ii) Projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e possui como garantia, fiança bancária com custo de 0,9% ao ano. O saldo desse financiamento é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

17 Tributos a recolher

	2013	2012
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	6.493	5.645
PIS – Programa de Integração Social	810	271
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	3.731	1.249
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	10	9
Outros	339	490
	11.383	7.664

(a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2012		2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	108.313	108.313	59.021	59.021
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(27.078)	(9.748)	(14.755)	(5.312)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	7.464	2.687	6.717	2.418
Adições, líquidas	(249)	(90)	(246)	(89)
Incentivos fiscais	61		32	
Outros				
	(19.802)	(7.151)	(8.252)	(2.983)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício de acordo com a demonstração do resultado:				
Do exercício	(7.891)	(2.863)	(9.952)	(3.594)
Diferidos	(11.911)	(4.288)	1.700	611
	(19.802)	(7.151)	(8.252)	(2.983)
Alíquota efetiva	18%	7%	14%	5%

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias puderam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nos 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT tem vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um

único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2012 e 2011, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº

627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que

lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como

resultados de equivalência patrimonial. A administração da Companhia está avaliando quais devem ser os impactos e qual o período mais conveniente para sua adoção. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia entende que não há efeitos a serem considerados nas demonstrações financeiras.

18 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para

as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$

2.154 (2012 - R\$ 2.769) para fazer face às perdas prováveis.

Os depósitos judiciais totalizam R\$ 863 (2012 - R\$ 777). A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

	2013			2012
	Provisões	Depósitos	Líquido	Líquido
Trabalhistas (a)	906	300	606	871
Cíveis (b)	1.548			1.898
	2.454	300	2.154	2.769

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue.

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2013	2012
Quantidade de ações movidas por ex-empregados terceiros	49	43

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas são suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias

alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

(b) Cíveis

(i) Decorrentes de serviços prestados por terceiros a clientes da Companhia

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação financeira junto aos seus clientes e

subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços.

(ii) Decorrentes de sinistros contra a Companhia

Em decorrência do contrato de concessão, é mantida apólice de seguros com cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos operacionais.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Existem outros processos trabalhistas no montante de R\$ 113 em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$ 203) sendo avaliados como risco de perda possível, para os quais, conforme parecer dos assessores jurídicos, não há necessidade de provisão neste momento.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2013	2012
Gas Natural SDG, S.A.		595.799.876
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	595.799.876	
Gas Natural Serviços S.A.	1	1
	595.799.877	595.799.877

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 01 de outubro de 2012, os acionistas deliberaram pela redução do capital social no montante de R\$ 100.000 mantidas as participações acionárias de cada acionista, sem alteração nas quantidades de ações da Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 11 de dezembro de 2013, os acionistas deliberaram a transferência da totalidade das ações da Gas Natural SDG, S.A. para Gas natural Internacional SDG, S.A.

(b) Reservas legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital.

(c) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de

lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Até o ano de 2010 a Companhia constituiu reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, não foi constituída reserva de expansão em 31 de dezembro de 2012 e 2013.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio e reserva de dividendo adicional proposto

Em conformidade com a Lei 9.249/95, a Administração da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2013, a mensuração de juros sobre o capital próprio. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o

capital próprio de R\$ 29.855, o que representará, após impostos (15% de imposto de renda - IR na fonte), juros líquidos no valor de R\$ 25.377 (2012 - R\$ 26.867, após impostos, juros líquidos de R\$ 22.837), correspondente a R\$ 0,0501 (2012 - R\$ 0,0451) por ação, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras,

os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	81.360	47.786
Constituição da reserva legal	(4.068)	(2.389)
Base de cálculo dos dividendos	77.292	45.397
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	19.323	11.349
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório	29.855	11.349
Destinação a aprovar	47.437	34.048
	77.292	45.397

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 47.437, a ser deliberado pela assembleia geral de acionistas,

o qual foi mantido em reserva de "Dividendo adicional proposto", conforme disposto na interpretação ICPC 08.

20 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2013	2012
Vendas brutas de produtos e serviços	737.356	637.376
Impostos incidentes sobre vendas	(146.102)	(131.174)
Devoluções, descontos e abatimentos	(27.392)	(3.655)
	563.862	502.547

21 Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.650	6.645
Outras receitas financeiras	1.012	759
	4.662	7.404
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(292)	(1.249)
Comissões e tarifas de cobrança	(60)	(59)
Fiança bancária	(809)	(1.116)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(410)	(16)
Outras despesas financeiras	(76)	(66)
	(1.647)	(2.506)
Atualizações monetárias, líquidas		
Atualizações monetárias passivas	(225)	(164)
Atualizações monetárias ativas	97	5
	(128)	(159)
	2.887	4.739

22 Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando

a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	
	2013	2012
Responsabilidade civil atribuída aos conselheiros, diretores e administradores	4.000	1.236
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	40.592	16.990
Danos materiais	173.162	153.613
Lucros cessantes	80.538	56.167



www.gasnaturalfenosa.com